

## ATA DE 5ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às nove horas, na sala de reuniões da Assessoria de Planejamento, Organização e Sistemas (ASPLAN) localizada no sétimo andar da Torre I do Palácio da Justiça “Ministro Luiz Gallotti”, sede do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sito na rua Doutor Álvaro Millen da Silveira, n. 208, centro, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros do Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (CGRPG) instituído pela Resolução TJ n. 20, de 5 de setembro de 2014, deste tribunal, e ato de nomeação consubstanciado na Portaria GP n. 105, de 9 de março de 2015.

Estiveram presentes os seguintes membros: 1) juiz Hélio do Valle Pereira, magistrado indicado pelo Tribunal (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, I); 2) juíza Candida Inês Zoellner Brugnoli, magistrado escolhido pelo Tribunal, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, II); 3) juíza Brigitte Remor de Souza May, suplente para a vaga de magistrado eleito por votação direta entre os magistrados do primeiro grau (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, III), em virtude da ausência, por motivo de saúde, do juiz Edison Zimmer; 4) servidora Emylia Buchner Scalco Carneiro, servidora escolhida pelo Tribunal, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, IV); 5) servidor Olacir Gonçalves, servidor eleito por votação direta entre os servidores (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, V); 6) juiz Rafael Sandi, representando a Associação de Magistrados Catarinenses (AMC), sem direito a voto; e 7) servidor Laércio Raimundo Bianchi, representando o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (SINJUSC), sem direito a voto (em substituição, para o evento, do servidor Rinado Luiz da Silva).

Constatada a presença de todos os membros do Comitê, o juiz Hélio do Valle Pereira, Presidente do Comitê, fez a abertura do encontro e deu boas-vindas a todos. Esclareceu que a pauta foi fixada na reunião anterior: acompanhar a elaboração do plano plurianual para o quadriênio 2016/2019 (PPA 2016-2019) e verificar a necessidade de propor readequação de programas, projetos e ações para alinhamento com os objetivos e linhas de atuação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. Sem discussão, a pauta da reunião foi novamente aprovada pelos membros do Comitê, por unanimidade. Momento contínuo, convidou a todos para se dirigirem ao auditório do Tribunal Pleno deste tribunal, onde o Desembargador João Henrique Blasi, presidente do Conselho de Planejamento e Gestão Estratégica (Resolução TJ n. 11, de 20 de maio de 2015), submeterá a proposta de PPA 2016-2019 aos membros da Corte.

Os membros do Comitê retornaram para a sala de reuniões a partir das 11h, com o resultado de aprovação pelo Tribunal Pleno da proposta de PPA 2016-2019. Na

continuidade dos trabalhos, o servidor Rafael Ulguim da Rosa Oliveira, assessor de planejamento, fez a apresentação comentada de planilha do Microsoft Excel, contendo a composição da distribuição de recursos (valores financeiros) entre o primeiro e o segundo graus de jurisdição (PG e SG) na proposta de PPA 2016-2019. Diante da explanação, os membros do Comitê deliberaram por apresentar proposição para a Administração deste tribunal concernente na criação de mecanismo para controle da execução orçamentária de forma a verificar a paridade entre PG e SG.

Os membros do Comitê deliberaram ainda, de imediato, oficiar ao Diretor de Orçamento e Finanças deste tribunal solicitando informações sobre o estágio atual do controle da execução orçamentária deste poder.

As discussões sobre o tema transcorreram até por volta das 12h30min, quando a reunião foi interrompida para o almoço.

Na continuidade dos trabalhos, às 13h30min, os membros do Comitê deliberaram por apresentar nota de louvor a Administração deste tribunal pela criação do Conselho de Planejamento e Gestão Estratégica – CPLAN, órgão consultivo colegiado vinculado à Presidência, nos termos da Resolução TJ n. 11, de 20 de maio de 2015, e que possui como apanágio, entre outros, “orientar e acompanhar a execução do planejamento estratégico do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, por meio da avaliação de desempenho institucional” (artigo 2º, III, Res. TJ n. 11/2015).

Ainda sobre o tema, os membros do Comitê deliberaram por apresentar proposição para a Administração deste tribunal no sentido de que, para a efetiva consecução das atribuições do CPLAN, as propostas de implementação de novos projetos e/ou a modernização dos existentes, da área administrativa ou finalística, sejam apreciados pelo referido colegiado.

Em seguida, o servidor Olacir Gonçalves, membro do Comitê, fez a apresentação do seu voto, enquanto relator de pedido formulado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina – SINJUSC, de inclusão no PPA 2016-2019 de item referente a implementação de novo plano de cargos e salários (processo SPA n. 007459/2015). Após o voto do relator, o servidor Laércio Raimundo Bianchi, na qualidade de Presidente do SINJUSC, pediu o uso da palavra, e afirmou que, em virtude da aprovação pelo Tribunal Pleno, nesta data, da proposta de PPA 2016-2019 onde consta o projeto ‘2161 – Estudos sobre alterações remuneratórias’, o pedido pode ser arquivado. Após discussões, por unanimidade, os membros do Comitê deliberaram por determinar o arquivamento dos autos, em virtude do pedido formulado nesta reunião. Contudo, os membros do Comitê deliberaram por manifestar a importância do pleito, aspecto também reconhecido pela Administração deste tribunal que constituiu grupo de discussão sob o comando do Desembargador Fernando Carioni.

Por volta das 16h30min, foi concedida a palavra ao servidor João Anfilóquio Machado Júnior, coordenador de planejamento, que explicou as atividades que precisam ser

desenvolvidas nos próximos meses, em razão do encaminhamento da proposta de PPA 2016-2019 pelo PJSC e do acompanhamento da execução orçamentária.

Em virtude dessa necessidade e da complexidade da matéria, como pauta para próxima reunião, os membros do Comitê deliberaram por manter o acompanhamento da elaboração do PPA 2016-2019.

Foi marcada a próxima reunião para o dia 2 de setembro de 2015, das 10h às 12h e das 14h às 17h, neste mesmo local.

A reunião encerrou-se às 17h. Nada mais havendo para constar é encerrada a presente ata, cuja minuta foi encaminhada por correio eletrônico para aprovação dos presentes. A coleta das assinaturas dar-se-á na próxima reunião.

Hélio do Valle Pereira  
PRESIDENTE DO COMITÊ  
MAGISTRADO INDICADO PELO TRIBUNAL

Candida Inês Zoellner Brugnoli  
MAGISTRADO ESCOLHIDO PELO TRIBUNAL

Brigitte Remor de Souza May  
MAGISTRADO ELEITO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS MAGISTRADOS DO PRIMEIRO GRAU - SUPLENTE

Emylia Buchner Scalco Carneiro  
SERVIDORA ESCOLHIDA PELO TRIBUNAL

Olacir Gonçalves  
SERVIDOR ELEITO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS SERVIDORES

Rafael Sandi  
REPRESENTANTE DA AMC

Laércio Raimundo Bianchi  
REPRESENTANTE DO SINJUSC